

1 Introdução

Esta tese nasceu da minha inserção profissional como assistente social numa unidade de saúde de emergência – Hospital Estadual Carlos Chagas - HECC¹, onde encontrei várias crianças que não possuíam sua certidão de nascimento. O estranhamento que me causou este fato tornou-se maior ao perceber recorrências significativas desta situação e suas reverberações.

Aos poucos compreendi que a ausência de certidão de nascimento se constitui em um fenômeno denominado sub-registro² de nascimento, a respeito do qual há pouca produção teórica, como pude verificar ao longo do levantamento bibliográfico. Tal problemática veio a ser a minha questão de pesquisa.

Meu objetivo nesta tese foi entender porque algumas das crianças atendidas no HECC, no período compreendido entre os anos de 1999 e 2007, não foram registradas. Buscando uma abordagem etnográfica, procurei desvendar as razões deste fato. Para tanto investiguei os significados da certidão de nascimento com mães e pais e suas implicações nas interações com as instituições escolares.

Já que algumas crianças não foram registradas porque suas mães também não o foram, incorporei no trabalho de campo adultos igualmente sem certidão de nascimento. Tal problemática me sugere uma questão instigante para o debate sobre registro civil, que envolve repetição cultural nos setores pobres da sociedade.

Com este estudo, pretendo contribuir para a compreensão da história da infância e da família pobre brasileira, na expectativa de que esta investigação seja um alerta para os setores responsáveis pelo sistema de registro civil no Brasil. Ademais, pretendo contribuir para a elaboração de políticas públicas educacionais.

¹ Unidade de saúde do Estado do Rio de Janeiro onde trabalho como assistente social que acabou se tornando o campo empírico central da minha tese.

² Por sub-registro de nascimento o IBGE considera o conjunto de nascimentos ocorridos no ano de referência da pesquisa Estatísticas do Registro Civil e não registrados no próprio ano, ou até o fim do primeiro trimestre do ano subsequente (IBGE, 2006).

A grafia adotada de sub-registro com hífen, baseia-se em Celso Cunha e Lindley Sintia. Nova Gramática Portuguesa, terceira edição, Editora Nova Fronteira, RJ, 2001. Assinalo, entretanto, que encontrei em diferentes pesquisas e artigos, as duas formas de grafia dessa palavra, com e sem hífen.

Essa discussão dá continuidade às reflexões que venho realizando através de minha inserção profissional e da minha entrada na academia, relativas à compreensão dos setores brasileiros empobrecidos e as formas de socialização das crianças.

Clarice Cohn (2002; 2005), nos ajuda a pensar os conceitos de infância e socialização a partir de análises antropológicas que mostram as crianças como membros plenos da sociedade, e não como pessoas incompletas que estariam em um estágio passageiro que precede a idade adulta. As sociedades não são entidades imutáveis. Os diversos atores, incluindo as crianças, atuam na reprodução como na contínua produção social, o que permite que as crianças sejam vistas como ativas em sua socialização.

Por que os pais não registram seus filhos? Como vivem esse processo? Como lidam com a questão da escolaridade da criança em face da ausência de documentos? Como os adultos sentem e percebem o fato de não terem sido registrados? Quais as estratégias sociais que vão sendo inventadas nas interações entre estes setores e as instituições escolares?

Essas são algumas das indagações que me acompanharam ao longo da pesquisa de campo no HECC, localizado no bairro de Marechal Hermes, zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

A presente tese é composta de uma introdução, três capítulos, conclusão, bibliografia e anexos. O material colhido a partir das observações, entrevistas e aplicação do questionário, encontra-se entrelaçado às análises e discussões teóricas, atravessando todos os capítulos.

O primeiro capítulo visa recuperar a situação de campo e a utilização dos instrumentos de trabalho. Foram realizadas 03 entrevistas³ gravadas com adultos sem certidão de nascimento e outras sete entrevistas⁴ com mães que tiveram filho internado no HECC, sendo que dentre essas sete, duas mães também não possuíam certidão de nascimento e aplicado um questionário a 29 responsáveis por crianças internadas no HECC que também não tinham registro civil, seja no próprio HECC ou em sua moradia.

³ No anexo I roteiro da entrevista com adultos sem certidão de nascimento.

⁴ O roteiro da entrevista com os responsáveis por crianças sem certidão de nascimento seguiu o modelo do questionário que está no Anexo II.

O segundo capítulo apresenta a estrutura administrativa do sistema de registro civil no Brasil e alguns dados demográficos.

Desenvolvo os sentidos que a certidão de nascimento apresenta para o grupo pesquisado, relacionando-os com o debate do antropólogo Roberto DaMatta (1997a; 1997, 2002) sobre cidadania e compreendendo o registro civil como um rito de passagem nos termos de Van Gennep (1978). Reflito sobre o processo de nomeação de crianças no diálogo com Francisco Martins (1991).

O terceiro capítulo traz a discussão referente às razões pelas quais as crianças ainda não foram registradas. Neste item me detive nos dois motivos mais recorrentes: a espera da mãe pelo pai para que ele registre a criança e problemas com documentos. A espera da mãe foi problematizada no debate com as autoras Claudia Fonseca (2005; no prelo), Cinthya Sarti (1996; 2005) e Ana Liesi Thurler (2004), ajudando-me a pensar a família pobre brasileira. Em relação ao mundo dos documentos, destaco a reflexão sobre a existência nos dias de hoje de adultos sem certidão de nascimento que estão impedidos de registrar seus filhos, já que eles próprios não o foram.

No Brasil, a pesquisa do IBGE “Estatísticas do Registro Civil” (2006) apontou que o índice de sub-registro de nascimento estimado para o País naquele ano foi de 12,7%. Isto significou que aproximadamente 400.000 crianças nascidas no período considerado para o cálculo deixaram de ter certidão de nascimento. Assim, a cada ano, milhares de meninas e meninos fazem crescer as estatísticas de brasileiros sem registro civil. Esse índice é seguramente mais alto, haja vista o fato de não estarem computados os números de crianças de períodos anteriores.

Essa mesma pesquisa mostra que o fenômeno do sub-registro de nascimento se distribui de maneira diferenciada pelo País, sendo os maiores percentuais observados nos estados das regiões norte e nordeste. As crianças sem registro de nascimento vivem em uma lógica social que constrange sua identidade e cidadania. São cidadãos de uma outra categoria, tendo uma experiência social distinta de outros que seguem o fluxo hegemônico. São crianças que convivem com inúmeros limites nas interações que estabelecem no interior de uma sociedade cartorialista como a brasileira.

A ótica das pessoas que vivem essa situação de ausência do registro civil e da certidão de nascimento, pode ser uma contribuição para o estudo desse

fenômeno, haja visto que as pesquisas⁵ mapeadas, em sua quase totalidade, não trazem esse ponto de vista ou o trazem sem aprofundamento. Pretendo que, em alguma medida, o conhecimento aqui gerado venha a contribuir para pensar as ações e as políticas públicas voltadas para essa área.

Nesse sentido, tornou-se relevante entender:

- o significado atribuído pelos pais à certidão de nascimento;
- a razão porque os pais não registram seus filhos;
- as formas e as interações com as instituições escolares.

O levantamento de teses, dissertações e artigos que realizei no ano de 2005, revelou que ainda é pequena a produção teórica a respeito do tema do sub-registro de nascimento como já indiquei. Além disso, não localizei estudos que tratem da relação entre registro civil e as instituições escolares.

Roberto DaMatta (2002) diz que há uma notável ausência de reflexão sobre os documentos – por este autor denominados de “controles invisíveis”. DaMatta acredita que o motivo possa ser o fato de que estejam muito próximos de nós. Sendo constitutivos de nossa civilidade deixamos de tomá-los como objeto de estudo, deixamos de “estranhá-los”.

No levantamento bibliográfico de teses e dissertações, foram consultados sites de agência de pesquisa, associações de pesquisa, universidades e sites de busca⁶. Para organizar esse trabalho criei alguns descritores, quais sejam: certidão de nascimento, registro civil, sub-registro de nascimento e registro de nascimento, documentos, documento de identidade, cidadania, identidade, família pobre, infância, criança, filiação, parentesco, nomeação, paternidade e maternidade. E ainda: Serviço Social, Antropologia, Educação, Demografia e Saúde Pública.

A análise que se segue refere-se ao levantamento dos quatro primeiros descritores: certidão de nascimento, registro civil, sub-registro de nascimento e registro de nascimento, por serem aqueles diretamente ligados ao tema em questão e nos quais tive a oportunidade de encontrar trabalhos com os quais dialoguei.

⁵ Portela (1989); Souza (1989); Cunha (1993); Jorge et al (1997); Makrakis (2000); Cardoso (2002); Castanhel (2003) e Thurler (2004).

⁶ CAPES, ANPED, ANPOCS, ABEP, ABA, UFRJ, UNB, UFRGS, PUC - São Paulo, PUC - Rio, UFPR, MUSEU NACIONAL, UFSC e os sites de busca, Google e Cadê.

Nesse processo localizei dissertações, teses, artigos e reportagens de jornal⁷. Indico as referências das dissertações e teses. Foram encontradas 03 teses e 17 dissertações, sendo o estudo mais antigo do ano de 1978. Constatei uma concentração das produções no período que vai de 2000 até 2004 (12). Inicialmente havia delimitado o período dos últimos cinco anos para levantamento. Como a produção encontrada era pequena, optei trabalhar com o material disponível em cada site para esses quatro descritores.

Destes trabalhos, tive acesso ao texto na íntegra de 02 teses e 06 dissertações e a 03 artigos produzidos a partir de 01 tese e 02 dissertações. Quanto às outras 09 pesquisas consultei os resumos dos respectivos sites.

As áreas de concentração das pesquisas referidas são as seguintes: 08 da Saúde Pública, 02 das Ciências da Computação, 02 da Educação, 01 das Ciências Sociais, 01 da Nutrição, 01 da Administração Pública, 01 do Direito, 01 do Desenvolvimento Social, 01 da Lingüística e 01 das Ciências Biológicas e 01 da Política Social.

Como se pode perceber existe uma concentração maior de estudos na área da Saúde Pública seguida de longe pelas Ciências da Computação e da Educação. Verifiquei, ainda, que a produção se encontra disseminada em várias áreas (oito) que, de alguma forma, tratam esse tema.

Dentre as 20 pesquisas, 09 se ligam de forma direta com o meu tema. De forma indireta encontrei 06, e são 05⁸ aquelas que a ligação é tênue.

Dentre essas 09, cinco (sendo uma tese), oriundas da Saúde Pública, são pesquisas quantitativas que se dedicam a estimar a taxa de sub-registro em diferentes cidades do Brasil, usando metodologias variadas, refletindo sobre a realidade encontrada (Cunha, 1993 - Natal; Almeida, 1978 - Salvador; Castanhel, 2003 - Florianópolis; Portella, 1989 - Piripiri no Piauí e Souza, 1989 - Maringá no Paraná). Interessa observar que não encontrei nenhum estudo sobre a Cidade do Rio de Janeiro, onde se deu a presente pesquisa.

⁷ Nesse processo tive acesso ao site da ANDI – Agência de Notícias da Infância. Somente nele com o descritor registro civil, encontrei 145 reportagens do ano de 2003 até o momento. Fora um acervo particular que venho fazendo desde 1999.

⁸ Esses estudos, cinco dissertações das áreas da Nutrição, Educação, Direito, Saúde Pública e Desenvolvimento Local, não serão utilizados nessa pesquisa.

Duas dissertações são estudos que vêm da área das Ciências da Computação, ambos da UFSC, que propõem modelos para utilização do documento eletrônico nos cartórios onde a certidão de nascimento seria gerada via internet (Bortolli, 2002; Dantas, 2001).

Uma dissertação se dedica a refletir sobre a atual estrutura do Registro Civil no Brasil, e tem nos cartórios um dos eixos de análise e crítica, (Makrakis, 2000); uma tese discute a questão da deserção da paternidade expressa através de certidões de nascimento sem o nome do pai, de Ana Liési Thurler, 2004, da UNB.

Nesta tese, por tratar-se de um estudo de inspiração antropológica, encontrei em Tânia Dauster (1996), Clifford Geertz (1989; 2002), Gilberto Velho (1980; 1987) e Roberto Cardoso de Oliveira (1996) referência e inspiração para delinear o fazer etnográfico.

Busquei nas pesquisas do IBGE (2006) e do UNICEF (2006) elementos que ajudaram a compor um panorama demográfico do sub-registro de nascimento. Portella (1989), Souza (1989), Cunha (1993), Solange Makrakis (2000), Castanhel (2003), desenvolveram dissertações sobre o sub-registro de nascimento e colaboraram no sentido de entender o contexto em que este se desenrola. Também fornecem informações sobre a história do registro civil e sua estrutura e funcionamento administrativo atual.

Roberto DaMatta (2002) e Mariza Peirano (1986;2002) são dois antropólogos que me ajudaram a pensar os documentos enquanto dimensões da cidadania e da ingerência do Estado. Sobre cidadania meu diálogo central se deu com Roberto DaMatta (1997a;1997;2002).

Com Van Gennepe (1978) e Claudia Fonseca (no prelo) desenvolvi a idéia da certidão de nascimento como um ritual, em que o processo de nomeação tem destaque. Sobre este ponto dialoguei com Francisco Martins (1991).

Ana Liési Thurler (2004), Claudia Fonseca (2005), Cynthia Sarty (1996; 2004), e João de Pina Cabral (2005) me ajudaram a dialogar com a empiria em termos das idéias de paternidade, maternidade e família.

O caminho seguido inspirou-se na abordagem antropológica. Busquei investigar o universo de significados da certidão de nascimento para mães e pais, bem como compreender as práticas e estratégias voltadas para a construção da relação da criança sem certidão com a educação.

Entendendo a cultura nos termos que fala Geertz (1978): “... o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (p: 15)”.

Nessa perspectiva, a etnografia se colocou como uma via promissora num estudo que pretendeu entender o “outro” em seus termos, pela prática e discurso dos sujeitos. Para tanto, foi necessário estar em contato com familiares, crianças e profissionais envolvidos em situações de registro e sub-registro de nascimento, compor descrições e interpretações sobre a realidade observada.

O relativismo como modo de problematizar ajudou na tarefa de perceber os fenômenos de forma contextualizada e de conceber a realidade e seus sujeitos não como uma estrutura opaca, homogênea, mas pelo contrário, heterogênea e diversa, atravessada pela cultura e por relações sociais concretas, permeada de conflitos e contradições, sendo, portanto socialmente construídas.

Colocou-se então, o desafio da busca de uma atitude de estranhamento, segundo a qual o pesquisador pudesse pensar “*outros sistemas de referência que não o seu próprio, outras formas de representar, definir, classificar, organizar a realidade e o cotidiano que não em seus próprios termos*” (Dauster,1996, p: 03).

Segundo Gilberto Velho (1987), essa postura de estranhamento deve ser elaborada para que a postura do pesquisador não se resuma a um preconceito diante do inusitado e para que compreendamos o peso que os diversos fatos possuem na realidade estudada, transformando o exótico em familiar e o familiar em exótico. Essa perspectiva remete ao debate do antropólogo ao pesquisar em sua própria cidade. Velho (1980), diz que: “... há distâncias culturais nítidas internas ao meio urbano em que vivemos, permitindo ao “nativo” fazer pesquisas antropológicas com grupos diferentes do seu, embora possam estar basicamente próximos” (p:16).

Segundo Geertz (1978), para construir uma etnografia é necessário captar ações simbólicas, a forma como elas ocorrem, o clima em que se processam, as opiniões, os pontos de vista e interpretações que dão corpo a um árduo processo de busca do significado da realidade pelos sujeitos.

É preciso refletir sobre a forma como os grupos sociais organizam, representam e classificam suas experiências e a interpretação que dão às suas práticas, gerando assim, interpretações de interpretações.

Estas devem ser trabalhadas num contínuo movimento de reflexão e diálogo com referências teóricas, buscando ampliar as possibilidades de conhecimento que será sempre parcial e aproximativo. Fiz assim um movimento de situar a particularidade do fenômeno do sub-registro de nascimento com relação a um todo mais amplo.

Portanto, na pesquisa que será discutida a seguir, a perspectiva foi compreender os significados da certidão de nascimento, os motivos do não registro e as formas de relacionamento com a escola, a partir da ótica do grupo pesquisado. Nesse sentido, o trabalho de campo descortinou um universo social que gerou reflexões, indagações, abrindo espaço para teorizações.